



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11236 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

LEITURA, MEMÓRIA E PROCESSOS EDUCATIVOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PARÁ

Darlene da Silva Monteiro dos Santos - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Maria do P. Socorro G. de S. Avelino de França - UEPA - Universidade do Estado do Pará

José Arimatéa Gouveia dos Santos - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA

LEITURA, MEMÓRIA E PROCESSOS EDUCATIVOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PARÁ

Este estudo busca discutir qual o valor da memória para mediação de pesquisas sobre o ensino de leitura na História da Educação na Amazônia? Seria possível pensar leituras, práticas e outras epistemologias para essa historiografia que tomem por base as memórias coletivas dos sujeitos comuns? Este estudo traz uma pesquisa qualitativa, fundamentada em Minayo (2001), método que visa compreender a realidade humana vivida socialmente e seu universo de significados. É uma pesquisa documental e bibliográfica amparada em Severino (2007).

Longe de esgotar respostas para questões tão amplas, quanto ao uso da memória para viabilizar a história de processos educativos no contexto amazônico, o objetivo deste trabalho é destacar alguns aspectos das contribuições sobre o uso da memória individual e coletiva de sujeitos comuns para a História da Educação na Amazônia, de forma a discutir a relação entre história e memória dos processos educativos sobre o ensino de leitura nos anos iniciais do século XX. As reflexões apresentadas partem das contribuições de Le Goff (2013), Castro (2010), Halbwachs (2004), Coelho (2002), Chartier (1991), entre outros teóricos que ajudam a subsidiar esse novo olhar para a historiografia da educação na Amazônia.

Para interpretar essas inflexões pelo viés da relação entre história e memória dos processos educativos sobre o ensino de leitura nos anos iniciais do século XX, este trabalho apara-se no método Histórico Educacional e empreende a pesquisa do tipo exploratória, pois se interroga sobre as fontes historiográficas para (re)interpretá-las por meio da abordagem de análise Histórico Cultural. Posto isso, o historiador deve engajar-se para entender as fontes

que seleciona para suas análises no contexto em que foram produzidas, pois as mesmas refletem as intencionalidades pois “ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que tem em mãos”. (BACELLAR, 2014, p. 64).

O debruçar sobre uma escrita da história do ensino de leitura na Amazônia, significa entender como esse campo privilegia sua produção e estabelece o seu olhar para as práticas de leituras ao longo dos tempos, e, ainda, em meio à essas práticas, como o outro é visibilizado nesse processo.

Os discursos institucionais, criados e regulamentados pela instrução pública da época, assumiram o papel de dispositivos para orientarem as práticas pedagógicas dos professores paraenses e circulavam por meio de impressos pedagógicos, que nada mais eram que, revistas criadas pela instrução pública para orientar o trabalho do professorado paraense aos moldes republicanos.

O contexto histórico e social pelo qual passou o Pará no último decênio do século XIX e o primeiro decênio do século XX, trouxe em seu bojo, as mazelas sociais, oriundas de um crescimento desenfreado pautado na modernidade. O imaginário criado em torno da República e tudo que ela representava, movimentou novas orientações para o desenvolvimento do ensino no Estado, com vistas a tirar a população da ignorância, status considerado um atraso social para o novo regime que buscava assentar-se.

A República no Pará em 1889 demarcou um período de transformações de cunho social, político, jurídico, administrativo e, principalmente, educacional. Os hábitos, valores e costumes da corte imperial aos poucos foram substituídos por novos valores e ideias, tidas como científicas. A cultura política e a defesa de valores nacionalistas, de liberdade e prosperidade ganhavam espaço nas aspirações de uma nova sociedade. De acordo com Farias (2013, p. 186), “[...] os republicanos defendiam uma ideologia do “progresso”, na qual o regime defendido seria o princípio racional e fundamental” para a sociedade almejada.

O progresso defendido pelos republicanistas reformulou toda uma imagem social e sobre isso Gondra (2005) salienta que a ordem médica produziu representações na cidade como “feia, suja, fétida, insegura, doente, negra, imoral e iletrada” (p. 2). Essa realidade, fez com que a ordem médica formulasse projetos de formação para o indivíduo que habitava esta cidade. Esses projetos seriam desenvolvidos pela escola, que iria não apenas escolarizar a sociedade, mas implementar um “prontuário” de boas condutas sociais.

Todo esse cenário político e social refletia uma certa identidade do que era ser republicano no Pará, como bem esclarece Geraldo Coelho (2002, p. 18), “Ser republicano, deste ponto de vista, era estar em sintonia com as pulsações aceleradas de um tempo de transformações”. Para este autor, atrelar-se ao que vinha ocorrendo, significava assumir uma postura civilizada, sendo então a civilização vista como parte do processo de desenvolvimento do espírito humano.

Contudo, é justo reconhecer que a historiografia brasileira esteve por muito tempo presa às amarras de uma narrativa sobre os grandes feitos de personalidades de prestígio social, dos sujeitos distintos, contando a importância da trajetória desses homens na história. No Pará o período republicano foi marcado pela supervalorização da memória dos grandes nomes da política, dos vultos notáveis que movimentavam todo um ideário e imaginário para a aceitação do novo regime.

O ideário e o imaginário republicano procurou criar e preservar a memória dos grandes nomes de personalidades brasileiras e paraenses por meio da escrita e ao mesmo tempo perpetuar uma memória sentida, imaginária que se fazia no cotidiano social da cidade Belém por meio do ufanismo cívico e patriótico. Com relação à memória, Le Goff (2013, p. 387) aponta que esta busca ligar-se a vida social e varia com e sem a presença da escrita e possui “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”.

É mediante a esse cenário que o projeto de educação republicana é arquitetado e implementado no Estado paraense a partir de uma valorização de uma memória coletiva, posta em jogo na luta dos republicanistas pelo poder, com o propósito de preservar uma escrita e uma memória ideológica da História da Amazônia. Desse feito, descrever e ordenar os fatos de acordo com os valores e preceitos republicanos, foi o meio que os republicanistas que estavam à frente da educação nesse período, encontraram para fazerem da educação primária, o terreno fértil que precisava ser arado de acordo com os modos do que se almejava plantar: um nação, um novo homem.

Com relação a essa questão de preservação de uma memória histórica, é certo que a história durante muito tempo buscou organizar os fatos que se destacaram no tempo e no espaço da memória dos homens, à escola, coube o papel de fazer circular essa saber moldado, escolhido, selecionado mediante uma ordem discursiva. Sobre esse ponto, Halbwachs (2004, p. 80), salienta que a memória histórica era “lida em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos do passado são escolhidos, aproximados e classificados conforme necessidades ou regras”.

Esse período acabou por movimentar a preservação de uma memória criada para a valorização e acontecimentos, homens, feitos, monumentos, enfim, de um imaginário republicano. Castro (2010) destaca que o processo discursivo criado em torno dessas memórias evidencia um “espaço oco” nutrido pelo desejo de ser dentro do tempo, por meio de uma configuração do social, que nesse caso seria um desejo de ser dos republicanos para se projetarem ao modo de vida europeu e assim alcançarem o desejo de terem a identidade de uma sociedade civilizada. Ainda para esse autor, a configuração do social seria “uma composição costumeira de uma ideia: a forma com que uma sociedade ou um grupo social particular expressa uma ideia, seja ela mais clara ou obscura” (CASTRO, 2010, p. 23). Esse era o principal objetivo dos republicanos, fazer circular uma ideia, um projeto, uma

mentalidade.

Os republicanos tinham objetivos bem definidos e suas ações para a educação tinham a direção não apenas de instruir, mas normalizar, moldar e conformar um perfil social. Sobre essa questão, corroboramos com Castro (2010) ao destacar que sobre como essa composição do social se forma, de como esse espaço social se estabelece mediante as tipificações formadas pelo status saudosista gerado pela Era da Borracha, e que de certa forma, moldava toda uma vida cotidiana que se formava em torno desse novo espaço social que adquiria um tom de verdade.

Essa composição do social se fez da sedimentação de ideias estabelecidas a partir de uma miríade de negociações de sentido, que no pensar de Castro (2010.p.24) “se formam, anulam ou transformam por meio de processos diversificados: fundem-se para formar novos sentidos, decompõem-se em sentidos diferentes e mesmo contraditórios, multiplicam-se em sentidos novos”.

Além disso, essa sensação do moderno, destacada por Castro (2010) traz a figuração do social e busca evidenciar uma ideia, ora de um determinado grupo social, ora de uma sociedade. Essa ideia constrói um tecido cultural composto por vivências sociais comuns, tipificações, verdades que buscam evidenciar subjetividades para assentar novos sentidos ao ambiente social.

Nesse limiar, os republicanistas viram que a Belém do final do século XIX e início do século XX que estava na periferia do capitalismo, se posicionava no plano geopolítico mundial, logo essa visibilidade do moderno trouxe certa alteridade para a então considerada ‘princesinha dos trópicos’. Essa característica não passou despercebida para aqueles que buscavam nas narrativas que se constituíam na cidade, representar a dimensão política republicana.

Esse cenário político republicano foi o que norteou a produção impressa da escola, tanto o que se ensinava, quanto o que lia nas escolas, era arraigado pelo ufanismo gerado em torno da república. Para tanto, as discussões de Chartier (1991), permitem pensar os documentos que tratam o ensino na Amazônia, mergulhados em representações, que ora sendo individuais e/ou coletivas, comunicam o que compõe a representação do social, incluso em um tempo, no caso Amazônico, um tempo áureo de busca insana pela civilidade. Esse autor, evidencia “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles” (CHARTIER, 1991, p. 177).

De todo modo, Le Goff (2013, p. 396) sinaliza que “todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta”. Desse feito, é preciso ter cautela sobre os documentos que remetem um tempo passado, partindo do princípio que todo o documento tem seu caráter verdadeiro ou falso, assim perceber as condições nas quais ele foi produzido, é a principal tarefa do historiador.

As regulamentações para o ensino de leitura no Pará, nos anos finais do século XIX e início do século XX, tinham objetivos bem definidos e buscou bem mais do que prescrevia suas orientações, assumindo funções para além dos limites educacionais. O regime político em vigência buscava a formação do cidadão republicano para o “ato de ler bem, para escrever bem”. Esse regime, encontrou no ensino de leitura a imagem do homem letrado, culto e moralizado e encarregou a escola primária da função de promover a modernidade, o progresso e o civismo.

Para dinamizar a movimentação desse pensar moderno, a Instrução Pública do Estado do Pará divulgava suas orientações educacionais, prescritas nos programas de ensino, por meio de impressos pedagógicos, que tinham a função de orientar e trazer parâmetros para as práticas dos professores do Pará. A imprensa, sobretudo a imprensa pedagógica, assumiu o caráter de instância educativa do Estado, e era de fato a porta voz do ideário republicano, uma importante fonte de leitura para professores e alunos das escolas paraenses, sujeitos que buscavam nesses impressos, informações, orientações, conhecimento e participação nos debates políticos do momento.

A figura do professor se destaca nesse período, como o responsável por incutir na criança, o interesse pela leitura, além de proporcionar ao pequeno ser, sua saída de seu estado de ignorância e desconhecimento, e ainda proporcionar “as luzes do conhecimento”. De posse disso, esta criança teria as condições necessárias para viver em sociedade como um adulto civilizado, defensor da moralidade, contribuindo ainda, com o progresso do Estado e da nação.

Por meio do ensino de leitura, foi possível propagar todo um projeto político que se utilizou das memórias coletivas contadas sobre os feitos dos grandes heróis da pátria, temática que alcançou visibilidade no conteúdo do era ensinado nas escolas primárias do Pará. Esse ensino se fazia na leitura e composição de poemas, poesias, canto de hinos inspirados nos valores republicanistas, homenagens de personalidades políticas, que tinham espaço garantido nas festividades cívicas e escolares do Estado.

Sobre a leitura e suas práticas, Chartier (2002) ressalta que ela se constitui enquanto prática criadora, bem como produtora de sentidos e significações e nela o leitor é concebido como comentador, sujeito ao sentido único de produção do livro. Para tanto, este autor alerta que, para pensar as práticas de leituras, é necessário primeiramente entendê-la dentro da liberdade refreada dos leitores, de como esses sujeitos compreendem a leitura autorizada, que nada mais era a leitura disponibilizada pela instrução pública do Pará via impressos pedagógicos, como a revista *A Escola* que circulou no ensino primário no período de 1900 à 1905.

No mais, as finalidades a que se propôs a educação paraense nem sempre puderam ser alcançadas somente pelas intenções de cada leitura elencada para o ensino, mas sim pela forma de como as crianças se apropriavam dessas leituras e de como essas crianças as

representavam em suas práticas cotidianas e até mesmo definindo suas identidades, os futuros cidadãos da República.

CONSIDERAÇÕES

As análises empreendidas neste trabalho pôde revelar muitas questões, dentre elas, o fato da História da Educação brasileira ter assumido, por muito tempo, uma escrita para visibilizar os feitos dos grandes nomes de personalidades políticas que pensavam os modelos de educação a serem seguidos nas escolas do país. No Pará, essa realidade não foi diferente, muitas foram as personalidades enaltecidas em documentos históricos, monumentos, fotos, relatos, mensagens oficiais e nas mais diversas fontes que retratam como foi a educação no Estado. Nesse processo, muitos foram os sujeitos que tiveram sua participação, sua memória e história negada. Eram professores, alunos e sujeitos comuns que exerciam as mais variadas funções no interior das escolas primárias do Pará.

O estudo revelou ainda como a memória pode ser enaltecida ou esquecida, e ainda, que seu destino dependerá do campo discursivo em vigor, do que será escolhido para ser lembrado, como ressalta Le Goff (2013), que a memória é o alimento que nutre a história, seu uso deve libertar os povos que a revelam, sendo então possível uma escrita de uma história vista de baixo.

O ensino de leitura foi um dispositivo não apenas instrutivo, mas sobretudo, um dispositivo propagador de um projeto político que se fez no uso de memórias coletivas que amordaçavam a escola com o uso de uma discursividade republicana via poemas, contos, poesias e feitos dos grandes nomes. Desse feito, trazer uma historiografia dos processos educativos sobre o ensino no contexto paraense, é visibilizar e libertar seus sujeitos comuns, trazer à tona, a história do cotidiano da escola, seus professores, alunos e todos aqueles que fizeram a escola primária no Pará.

Palavras-chave: Leitura. Memória. História da Educação

REFERÊNCIAS

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **Era da Borracha, Memória e Melancolia numa Capital da Periferia da Modernidade**. Belém: Edições do Autor, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representações**. Estudos Avançados, vol 5, nº 11, jan/abr. 1991, p. 173-191.

COELHO, Geraldo Mártires. **No Coração do Povo – O monumento à República em Belém 1891 – 1897**. Belém: Paka Tatu, 2002.

FARIAS, William Gaia. **A República no Pará: os primeiros momentos**. In: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda de Oliveira (orgs). Os oitocentos na Amazônia. Pará: Açai, 2013, p. 183-205.

GONDRA, José Gonçalves. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. p. 1-8.

HABIB, F. N. **Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará**. – 2. ed, rev. e ampl. Ananindeua: Instituto Evandro Chagas, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, Tradução Lais Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. Tradução Bernardo Leitão...[et.al]. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. (org.). In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: vozes, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.